



Implementação da Lei 11.769/08 e a obrigatoriedade do ensino de música.

Jackeline Barcellos Teixeira, Saulo Queiroz Nascimento

Para maior entendimento da lei 11.769/08 é importante rever os aspectos da legislação educacional brasileira no que se refere à educação musical. Durante o século XIX, documentos legais foram produzidos incluindo orientações para a aula de música na escola. O Canto Orfeônico, foi proposto e desenvolvido por Villa-Lobos, a partir da década de 1930. Na década de 1960, o Canto Orfeônico foi substituído pela Educação Musical através da Lei n 4.024/61. Em 1971, foi promulgada a lei 5.692/71, em que a música passou a fazer parte da Educação Artística na escola. Em 1996 foi promulgada a Lei 9.394/96 que inclui, em seu artigo 26, a obrigatoriedade do ensino de arte na educação brasileira. O presidente Lula sancionou no dia 18 de agosto de 2008, a Lei Nº 11.769/08, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de música nas escolas de educação básica, inclui um parágrafo 6º que torna conteúdo obrigatório, mas não exclusivo. No dia 3 de maio de 2016 a presidente Dilma Rousseff sancionou a lei nº 13.278/16, que incorpora artes visuais, dança, música e teatro ao currículo do ensino básico brasileiro educação infantil e ensinos fundamental e médio. No dia 22 de setembro de 2016, o governo federal encaminhou ao Congresso Nacional a Medida Provisória (MP) 746/16, para uma reestruturação do ensino médio. Um dos pontos da MP 746/16, era restringir a obrigatoriedade do ensino da arte e da educação física à educação infantil e ao ensino fundamental, tornando as facultativas no ensino médio. Em 08 de fevereiro de 2017 o senado aprovou a reforma do ensino médio. A medida provisória do ensino médio reincluiu as disciplinas Artes e Educação Física que tinham sido excluídas pelo texto original da Medida Provisória e passaram a ser obrigatórias apenas na Base Nacional Comum Curricular. O objetivo principal deste artigo é apresentar elementos que situam a educação musical na escola brasileira a partir do movimento que resultou na aprovação da lei 11.769/08. A metodologia utilizada neste trabalho é a pesquisa bibliográfica. Foi elaborado a partir de alguns materiais já publicados. Pesquisas científicas apontam os efeitos positivos que a música pode produzir nas ondas elétricas cerebrais. Concluímos que a aprovação dessa Lei foi uma grande conquista para a área de educação musical no País.

Palavras-chave: Ensino de música, obrigatoriedade, LDB.

Instituição de fomento: IFFluminense.